

Governo impede votação do PCS na CFT. Servidores retomam mobilização em agosto

Reajuste zero imposto por Dilma e omissão de Peluso faz categoria amargar mais meio ano de congelamento

Por Caê Batista

Reunir forças e retomar a mobilização pelo PCS no próximo semestre. Esta foi a decisão dos servidores da Justiça Federal e TRF-3 em assembleia na quarta, dia 06. Na JT, com a suspensão da ampliação do atendimento do balcão, os servidores encerraram a paralisação e mantiveram o estado de greve. (ler mais na página 03).

“Vamos nos organizar para no 2º semestre a mobilização ser retomada e aumentar a pressão sobre o governo. Essa reorganização é necessária para fazer frente ao desafio de vencer o congelamento salarial”, avaliou Cléber Borges Aguiar, diretor do Sintrajud.

Votação do PCS na CFT

O mesmo movimento aconteceu em outros estados, depois que o governo Dilma impediu a votação do PL 6613/09 na sessão da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) do dia 06, a última

antes do recesso parlamentar. O que empurra uma possível solução para o fim do congelamento salarial para o segundo semestre.

Segundo Antonio Melquíades, diretor do Sintrajud e da Fenajufe, havia mais de 200 servidores na sessão da comissão pressionando os parlamentares. Porém, o deputado Cláudio Puty (PT/PA), presidente da CFT, não cedeu à pressão e adiou a votação do PL. Junto a isso, Puty criou uma comissão de deputados para buscar uma interlocução com o Executivo e o Judiciário.

Com a decisão do presidente da CFT os servidores ficarão mais um semestre sem qualquer solução para o congelamento salarial. “Isso é resultado da política de reajuste zero de Dilma, que usa toda a sua bancada parlamentar a em seu favor, e da postura omissa do presidente do STF, Ministro Cezar Peluso, que não cobra respeito à autonomia do Poder Judiciário para garantir a aprovação do

Servidores da JF no fórum Pedro Lessa, na Av. Paulista, dia 16/06 exigem o PCS.



Na JT, no Ruy Barbosa, aprovam greve por PCS e contra a precarização do trabalho.

um projeto que ele subscreveu”, argumentou Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud

Nota do presidente do STF à CFT

No dia 04 de julho, Peluso enviou um ofício ao presidente da CFT, rebatendo os argumentos da Nota Técnica nº 12 (publicada dia 17 de junho) reforçando “a necessidade

de que se dê celeridade à tramitação do PL 6613/09”. Esta Nota destacava os “problemas” existentes no PL 6613/09 que impediriam a sua aprovação na CFT. O ofício ainda diz que “os valores atualizados do impacto do PL 6613/09 foram incluídos na pré-proposta orçamentária de 2012 de todos os órgãos do Poder Judiciário da União... a ser entregue ao

Poder Executivo até o dia 15 de agosto”. Alguns podem avaliar como positiva a iniciativa do presidente Peluso, “mas é necessário destacar que ele é chefe de um Poder e deveria buscar uma solução diretamente com a Presidente da República e não enviar um ofício impessoal a um deputado presidente de uma comissão”, criticou Adilson.

Corte de ponto é suspenso na JT

Na quarta-feira, dia 13, tem ato/ assembleia no fórum Ruy Barbosa, às 13h.



Os diretores do Sintrajud Tarcísio Ferreira e Antonio Melquíades em audiência com o ministro do STF Luiz Fux para tratar da ampliação do horário de balcão. Ao lado do ministro, à direita, representantes da Amatra e AMB

Um dia depois de receber Sintrajud, ministro Luiz Fux (STF) suspende liminarmente resolução do CNJ. Decisão, junto com a greve na JT, derruba ampliação do horário de atendimento, sem as devidas condições. Presidente do TRT-2 suspendeu o corte de ponto – Página 03

Mais de 40% do orçamento público é destinado para o pagamento da dívida pública

Em palestra realizada em Taubaté, a auditora fiscal Maria Lucia Fattorelli dissecou a dívida pública e explica os porquês da falta de investimento no serviço público – Página 07

Nova diretoria do Sintrajud toma posse

Página 05

Em negociação com funcionalismo, ministério do Planejamento enrola e tenta dividir servidores

Página 06

Editorial

Governo Dilma impõe continuidade do congelamento e Peluso se omite

A cúpula do Judiciário lavou as mãos e vem se omitindo deliberadamente de qualquer tentativa efetiva de abertura de negociação junto ao Poder Executivo e ao Legislativo, desde que enviou o projeto de lei 6613/09 ao Congresso em novembro de 2009, pressionado por greve vitoriosa da categoria em todo o país, realizada em fins de 2009.

Desde então, já foram realizadas mais três greves, uma em cada semestre, onde os servidores fizeram esforço para superar as muitas dificuldades e medidas protelatórias criadas, inicialmente, pelo Governo Lula e que foram mantidas e continuadas pelo Governo Dilma. Além de se negar sistematicamente a abrir qualquer negociação com a cúpula do Judiciário e com as entidades dos servidores, vem usando de várias manobras protelatórias através de sua base de apoio no Congresso, para impedir a tramitação e aprovação do PCS.

A última delas, levada cabo na quarta-feira, 06/07, pela base parlamentar de Dilma, foi o adiamento da inclusão do PCS na pauta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara (onde o PL 6613/09 encontra-se paralisado desde 16/06/2010), quando o presidente da comissão sinalizou apenas com a criação de mais uma comissão de parlamentares para buscar abrir negociações com o Governo e o Judiciário, sinalizando com a possibilidade de votação do PL apenas para setembro. Com a condicionante de que até lá tenha se consumado acordo entre os poderes e após o envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso.

As dificuldades criadas pelo Governo Dilma têm a única intenção de impor sua política de reajuste zero aos servidores, e não só os do Judiciário. Todo funcionalismo do país está sofrendo com o congelamento, pois não existe política salarial para nenhum segmento. Nem mesmo aos denominados membros de poder, como magistrados e procuradores, que apesar do poder de pressão que dispõem e de receberem remuneração em forma de subsídio, vêm enfrentando dificuldades para aprovar projetos que atualizam suas remunerações.

Neste quadro de enrolação, a pressão da greve realizada neste primeiro semestre de 2011 ainda foi insuficiente para superar a política de reajuste zero que o Governo impõe a todo o funcionalismo, e que tenta estender por 10 anos, através do PLP 549/09.

Para superar esse quadro será preciso ir além da pressão da greve deste semestre, que ainda foi insuficiente. Para superar o reajuste zero, imposto a todo o funcionalismo, a greve preciará ser feita numa pata-tamar ampliado.

Próximos Ideias

Servidores do Judiciário Federal, construam seu futuro

Maurício Morais, entregue em 14/06

Subsídio x PCS: Intempestividade!

Luiz Carlos de Moraes, entregue em 08/07

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Admirável Judiciário Novo

* **Neemias Ramos Freire**

Nos últimos anos, a informatização da sociedade tem sido acelerada. Cada vez mais nos tornamos íntimos das ferramentas tecnológicas que facilitam a nossa vida, e ficamos a cada dia mais dependentes delas. Como não poderia deixar de ser, a possibilidade de um processo judicial totalmente eletrônico é uma realidade que se aproxima a passos largos e contra a qual, aparentemente, nada se pode fazer.

Artigo publicado neste espaço pelo colega analista judiciário Edison Luiz Sampel revela um cenário aterrador nesse "Admirável Mundo Novo": quanto maior a sofisticação tecnológica, menor a necessidade de recursos humanos, que seriam cada vez pior remunerados.

Da realidade que vivemos hoje, projeta-se uma sociedade em que o labor

humano estaria subordinado a inteligentes programas de computador, capazes até de substituir o ato de pensar e de julgar, bastando para isso que sejam seguidas fórmulas computacionais.

O mais interessante nessa projeção futurista do colega é que ele imagina uma Justiça centrada na figura de juizes que serão autênticos profissionais liberais, assessorados por profissionais contratados como celetistas ou autônomos. E a certa altura sentencia: "Não haverá oficiais de justiça. Esse tão vetusto e medieval mister será adimplido pelo correio eletrônico ou e-mail, ativado pelo mesmo indivíduo que trabalha com as minutas das sentenças." Para isso, prevê que no máximo em 20 anos todo brasileiro terá acesso gratuito à internet.

É evidente que o autor do texto desconhece com-

pletamente o trabalho do oficial de justiça e, talvez como muitos, imagina-o apenas um "entregador de papéis". Trata-se de uma visão reducionista, que ignora a complexidade de muitos atos realizados pelo oficial, este servidor que representa a Justiça no campo e na cidade, em lugares por vezes de difícil acesso, realizando penhoras, arrestos, sequestros, constatações, reintegrações e outros tantos atos que jamais serão substituídos pelo apertar de uma tecla na solidão de um gabinete qualquer.

A não ser que o "Admirável Mundo Novo" elimine de uma vez por todas o campo e a cidade, com suas periferias, favelas e cortiços. E aí também não precisaríamos mais de Justiça.

* **Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT da 2ª Região**

Corpus Christi. O que é?

* **Edson Luiz Sampel**

Pode ser, como se diz, chover no molhado, mas, é bom dizer que a locução Corpus Christi significa corpo de Cristo. Assim, é óbvio que dia 23 celebraremos o corpo de Jesus. A efeméride é tão importante, que suscitou até mesmo um feriado nacional. Este ano, os brasileiros vamos parar, ainda, para comemorarmos o Dia da Independência, aos 7 de setembro, Nossa Senhora Aparecida, aos 12 de outubro, o Dia dos Finados, aos 2 de novembro, a Proclamação da República, aos 15 de novembro e o Natal, aos 25 de dezembro. Percebemos que as datas são cívicas e religiosas. Com efeito, no Brasil há bastantes feriados religiosos, todos católicos. Entretanto, especificamente o significado da solenidade de

Corpus Christi é quase desconhecido. Daí, espero, a utilidade deste artigo.

A festa de Corpus Christi remonta à idade média e foi instituída pelo papa Urbano IV, no dia 11 de agosto de 1264. O direito canônico reza que onde for possível, realizem-se procissões nas vias públicas (cânion 944). Isto só ocorrer nas principais cidades do Brasil. Além disso, em alguns municípios pequenos, é também costume confeccionar tapetes na própria rua, com ilustrações temáticas.

No dia de Corpus Christi, festejaremos a presença real e substancial de Jesus Cristo no sacramento da eucaristia. Com efeito, a hóstia consagrada na missa é só aparentemente pão e o vinho só aparentemente

bebida comum, pois, segundo a doutrina católica, na essência, ou seja, ontologicamente, estamos em face do verdadeiro corpo e do verdadeiro sangue de nosso Senhor. Não é possível uma alegria maior do que estarmos diante de Deus, do Corpus Christi!

Nosso povo é majoritariamente católico. Desta feita, justifica-se o feriado nacional dedicado à eucaristia (Corpus Christi). De qualquer modo, o dom da presença real de Jesus na hóstia santa é oferecido à humanidade inteira, pois Deus se encarnou na história, para salvar todos os homens de todos os tempos.

* **Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

IDEIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Na Justiça Trabalhista, luta da categoria impede precarização das condições de trabalho

Com suspensão da resolução que ampliaria o horário de atendimento e do corte de ponto, servidores reconhecem na greve seu principal instrumento organização

Por Vivian Costa
e Caê Batista

Com uma canetada, o presidente do TRT-2, dr. Nelson Nazar, determinou que o horário de atendimento do balcão seria ampliado em duas horas e meia. A reação foi quase imediata: servidores, diretores de secretaria, magistrados todos disseram ao desembargador que a Justiça Trabalhista não tem estrutura suficiente para essa ampliação. Principalmente o fórum Ruy Barbosa, o maior da área trabalhista no Brasil.

Os servidores da JT foram além. Diante das negativas do presidente do tribunal dr. Nazar em negociar com a categoria, os servidores entraram em greve por tempo indeterminado. Na pauta de reivindicação, além da suspensão/ revogação da ampliação do horário de atendimento, estava a aprovação do PCS.

Os 20 dias de paralisação, na prática, impediram que a resolução fosse implementada. Na data em que a resolução entraria em vigor (27/06), 80 balcões (dos 90

do Ruy Barbosa) permaneceram fechados. O que fez muitos servidores voltarem a acreditar na greve como principal instrumento de organização e mobilização da categoria: "Estou muito orgulhoso, fizemos uma greve que foi além das questões financeiras", disse Tarcísio Ferreira, servidor do fórum Ruy Barbosa e diretor do Sintrajud.

A força da mobilização foi tamanha que o dr. Nazar se viu obrigado a suspender o prazo do fórum Ruy Barbosa e, depois de nove meses à frente do TRT-2, recebeu uma comissão de servidores. Antes disso, ele havia determinado o corte de ponto dos servidores em greve. Na reunião, ocorrida em 30/06, os servidores cobraram a suspensão da resolução, apoio ao PCS e a negociação dos dias parados.

A ampliação do horário de atendimento estava baseada na Resolução nº 130 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Publicada em maio, a Constitucionalidade dessa resolução é questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por uma ADI movida pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB). O relator da ação é o ministro Luiz Fux, que no mesmo dia 30 suspendeu, liminarmente, os efeitos da medida do CNJ. Um dia antes ele recebeu representantes da AMB, Amatra, Sintrajud e Fenajufe.

No dia 1º de julho, a pedido do Departamento Jurídico do Sintrajud, foi a vez da desembargadora Cecília Mello, do TRF-3, dar uma liminar suspendendo os efeitos da resolução do TRT-2. Antes mesmo de ser notificado da decisão do TRF-3, dr. Nazar suspendeu a ampliação do horário de atendimento.

Em 4 de julho, os servidores suspenderam a paralisação e instauraram o estado de greve: "Nós servidores não somos contra a extensão. Mas da forma como estava, a resolução desrespeitaria nossos direitos, abriria espaço para mais assédio moral prejudicaria a tramitação dos processos, pois



Para pressionar na negociação servidores comparecem em peso na frente da sede do TRT-2 no dia da reunião com a presidência

o que faz um processo andar não é o atendimento, mas o serviço interno", avaliou Leica Silva, diretora do Sintrajud.

A necessidade de contratação de mais servidores é latente. Segundo levantamento do Departamento Econômico do Sintrajud, a média de processos distribuídos por servidor na 2ª Região é quase 40% superior à média nacional. Em outras palavras, cada servidor da JT de São Paulo tem sobre si 105,89 processos, ao passo que nacionalmente, são 76,03.

Retomada da greve no segundo semestre

Na opinião da diretora do Sintrajud Inês Castro, o desafio dos servidores a partir de agora será o de manter as forças acumuladas na greve para retomar a mobilização no segundo semestre e por fim ao congelamento salarial. "Estamos com os salários congelados. O governo Dilma desrespeita a nossa data-base e quer impor o PLP 549/09. Precisamos ter claro que somente a nossa mobilização pode por fim a esse desrespeito", afirmou.

Corte de ponto é suspenso na JT

Na quinta, dia 07, os servidores da JT tiveram mais uma mostra do que a greve pode fazer. O corte de ponto, que havia sido determinado antes mesmo de a greve começar, foi suspenso pelo presidente em exercício do TRT-2 dr. Carlos Francisco Berardo. "Essa é mais uma vitória, mesma que parcial. Mas essa decisão reforça o nosso direito de greve, o que é de extrema importância", disse a servidora do JT/Barra Funda e diretora do Sintrajud Leica Silva.

A decisão aconteceu um dia após representantes do Sintrajud terem se reunido com o desembargador para tratar do corte de ponto. (ver matéria completa em www.sintrajud.org.br)

Pressão sobre o presidente do TRT:

Os servidores fizeram um grande estardalhaço quando ele compareceu à inauguração do Núcleo Permanente de Soluções e Conflitos no TRT-2, no dia 21/06. Neste dia Nazar não recebeu os servidores, mas ficou incomodado com o barulho dos muitos apitos e gritos de guerra como "Nazar, presta atenção o nosso conflito merece solução", "Sem enrolação, marca reunião", "Nazar cadê você? Eu vim aqui para resolver", "Queremos solução", "Conflito é urgente, Nazar atende a gente", entre outros.

O Sintrajud fez uma combinação de medidas para enfrentar a resolução que ampliava o horário de atendimento do balcão, sem a devida estrutura, onde além da pressão direta da greve, requereu administrativamente sua suspensão, divulgou carta aberta aos usuários, assinada em conjunto com a Amatra e reuniu-se com o ministro Fux, relator da ADI no STF sobre o tema, junto com a Amatra e AMB e entrou com ação ordinária na Justiça Federal, o que, ao final, levou à suspensão da resolução.



Força da greve fez dr. Nazar receber servidores



Servidores da Justiça Trabalhista de Guarulhos também na greve



Em protesto à ampliação servidores fecharam os balcões

Dilma mantém congelamento salarial, que já dura 1666 dias. Mobilização no 2º semestre terá que ser superior

A retomada da greve forçou o PCS a ser pautado em Brasília. Abandonados pela cúpula do Judiciário, servidores só podem confiar em suas próprias forças para conquistar a aprovação do projeto

Apesar de todo o esforço feito pelos servidores que atenderam o chamado do sindicato e paralisaram suas atividades para forçar a abertura de negociações que permitissem a aprovação do PCS que encontra-se no Congresso desde 11 de dezembro de 2009, a pressão da greve realizada aqui em São Paulo e no país não foi suficiente para superar os muitos empecilhos que estão sendo criados pelo Governo para impedir a aprovação do projeto, o que nos faz terminar mais um semestre sem qualquer reposição que permita manter o poder de compra dos nossos salários, que vem sendo corroído drasticamente com a elevação excessiva do custo de vida.

Para melhor entender o grau de dificuldade que estamos enfrentando, devemos buscar responder quais são os elementos conjunturais que diferenciam este dos três PCS anteriores onde, após negociar e finalizar o projeto e garantir seu encaminhamento ao Congresso, lutávamos unidos para pressionar o Judiciário a negociar com o Executivo o orçamento para sua implementação.

Dividir para enfraquecer
Neste PCS o Governo tem tido êxito em dividir a categoria, por meio da atuação de sua base de apoio no Congresso, com a apresentação de sucessivas emendas que alteraram substancialmente o projeto original que tinha sido amplamente negociado pelas entidades de servidores junto aos tribunais superiores. Hoje temos no corpo do projeto as emendas do subsídio, GDI e aumento em forma de GAJ, apresentadas respectivamente pelos deputados Reginaldo Lopes (presidente do PT/MG) e Roberto Policarpo (presidente do PT/DF). Se nos outros PCS lutamos unidos em torno de uma pauta única, parce-



28 de junho, servidores fazem caça ao Peluso em evento na FAAP, na capital Paulista

las da categoria se dividiram em torno de cada uma destas propostas, dando vazão à derrota do conjunto, invertendo a lógica que utilizamos para aprovar os PCS anteriores, que foi a de unir as nossas forças e dividir o adversário, no caso, o Governo e sua base no Congresso.

Medidas protelatórias para retardar e impedir tramitação PCS

O governo tem usado continuamente medidas protelatórias, como envio de ofício à Comissão de Administração e Servido Público (CTASP) feita pelo então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em 26/05/2010, recomendando necessidade de aval do CNJ ao projeto (que não era o caso à época e que está sendo exigido de novo também agora na CFT), exigência de realização de audiência pública na CTASP feita por deputado da base do governo (também está sendo exigido agora na CFT), negar-se deliberada e unilateralmente a incluir no orçamento do ano seguinte (LOA 2011) a previsão orçamentária enviada pelo tribunais em tempo hábil dentro da autonomia Constitucional que lhes é assegurada, evitar ao máximo que ocorresse a reunião do Presidente

Lula com Peluso e, ao finalmente reunir, deixar resolução desta para depois das eleições e não cumprir, impedir inclusão de emenda na LOA que permitisse implementação do projeto já em 2011 etc. Sucessivas manobras foram e continuam sendo engendradas para impedir a aprovação do projeto.

Perfil omissivo e senhorial do ministro Peluso

Peluso não vem exercendo a contento a chefia e representação do Poder Judiciário, deixando de exigir respeito à sua autonomia, como fizeram presidentes do STF na negociação dos PCS anteriores. Peluso foi literalmente "enrolado" pelo Presidente Lula no ano passado, que disse que prometera solução da

A postura omissiva do Peluso que não atua a altura de chefe de um Poder de Estado tem sido um dos elementos principais que tem dificultado a aprovação do PCS. Em vez de procurar diretamente a presidente da República e exigir respeito à autonomia do Poder Judiciário ele se limita ao envio de "singelo" ofício à Câmara, de pronto rebatido pelos consultores da Casa.

negociação para depois das eleições, o que não se consumou, tratamento que vem sendo também reiterado pela Presidente Dilma que, pelo que consta, sequer o recebeu para dar satisfações, tendo tudo ficado por isso mesmo. Com a pressão das quatro greves e o constrangimento sofrido com a cobrança dos servidores em todo país, tem se limitado a disparar singelos ofícios, ao Planejamento e à Câmara, onde verificamos o cúmulo de seu posicionamento e pedido de providências para incluir a dotação necessária no orçamento de 2011 e o pedido para votar o PCS na CFT ser solenemente ignorado pelo então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e pelo Presidente da CFT, Claudio Puty (PT/PA).

Proposta transgênica de PoliGaj desrespeita instâncias da categoria, rebaixa proposta do PL original e alonga período parcelamento

Coerente com sua velha postura de desrespeitar as instâncias nacionais da categoria, o ex-dirigente da Fenajufe e do Sindjus/DF, agora deputado Policarpo, investido na relatoria do PCS apresenta relatório que joga na lata do lixo as lutas da categoria que

conquistaram a valorização do salário base e propõe todo reajuste na GAJ, elevando a tabela para se aproximar e se contrapor aos valores da proposta da emenda do subsídio e retarda a implementação da primeira parcela apenas para 2012, prazo um ano mais longo do que aquele que estava sendo buscado pela própria cúpula do Judiciário, que seria a partir de janeiro de 2011, onde conseguimos incluir no orçamento deste ano emenda que autoriza a abertura de crédito suplementar para implementar o projeto assim que fosse aprovado. Até os consultores da Câmara no documento denominado "ESCLARECIMENTOS SOBRE O OFÍCIO STF Nº 211/GP" se contrapõem à sua proposta de aumento em forma de GAJ e propõem no penúltimo parágrafo do texto em questão que "Diante dessa incerteza, caso a Comissão (CFT), resolva aprovar o projeto, seria prudente optar pelo projeto original...". Triste começo do deputado "Policarpo Quaresma"...

Não existe caminho mais fácil. Unidade da categoria e participação ativa nas lutas são determinantes para superar congelamento

Como visto, muitos têm sido os elementos que vêm dificultando a aprovação do projeto do atual PCS, não tendo sido apresentada até agora qualquer proposta pelo governo, o vai exigir uma maior unidade, compromisso e participação ativa nas lutas de cada um dos 115 mil servidores que compõem nossa categoria no país, sob pena de continuarmos com salários congelados, enquanto o Governo bate recordes no superávit primário para pagar juros da dívida e financiar mega empresários, como se vislumbra na fusão Pão de Açúcar e Carrefour.

Nova diretoria assume gestão do Sintrajud para o próximo triênio

Novos dirigentes tomam posse em ritmo de luta para resistir aos ataques do governo e superar congelamento

Os 17 novos diretores do Sintrajud tomaram posse no último dia 17 de junho, durante a realização de uma assembleia em frente ao TRF-3. No dia, o sindicato realizou um ato de protesto para chamar a atenção pela necessidade da unidade da categoria para assim ter força para lutar contra o congelamento salarial e a aprovação do PCS.

E é nesse ritmo de luta que a nova diretoria irá trabalhar para resistir aos ataques sofridos pela categoria e assim avançar nas conquistas. Eles sabem que enfrentarão muitos desafios para defender os objetivos dos servidores. Por isso, seu programa de gestão terá como base as Resoluções do 6º Congresso da entidade, já que é preciso manter a história de conquistas pela qual o sindicato tanto se orgulha.

A nova equipe é formada por servidores de diversos tribunais como JT/Barra Funda, JF Santos, TRF-3, TRE, além daqueles que atuam no interior em cidades como Ribeirão Pires e Taubaté.



Adão Sérgio de Souza
Adilson Rodrigues dos Santos
Angélica Olivieri
Antonio Carlos

Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui)
Cleber Borges de Aguiar
Erlon Sampaio
Fausta Camilo de Fernandes

Filipe Joel Gomes Lira
José Carlos Sanches
José Dalmo
Henrique Costa

Inês de Castro
Ivo Oliveira Farias
Leica Silva
Maurício Rezzani
Tarcisio Ferreira

“Servidores terão que retomar mobilização no próximo semestre”, afirma diretor do Sintrajud

Diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, o Melqui, tem feito o importante trabalho de pressionar os deputados e membros dos tribunais superiores pelo PCS. Agora, neste final de semestre, o entrevistamos, para uma rápida avaliação destes meses de campanha e os próximos passos para depois do recesso parlamentar.

Por Caê Batista

Como foi a sua atuação em Brasília neste semestre?

Melqui – Neste semestre se avançou muito pouco, por conta da intransigência do governo. A coisa mais significativa foi evitar que Dilma vetasse a autorização para o PCS na LOA 2011. Onde existe autorização expressa para o governo conceder reajuste para gente, se o governo realocar recursos para isso, sem ter que pedir autorização ao Congresso Nacional.

Tive uma informação que o ministério do Planejamento tinha feito uma nota propondo para Dilma vetar. Naquele dia liguei para o Supremo, falei com toda assessoria do Peluso, que no fim do dia falou com a Dilma e a convenceu de não barrar. Isso é importante, porque se a gente tiver força política para exigir algum reajuste esse ano, dispositivo legal o governo tem, é só colocar o dinheiro.

Achei importante também que a criação de uma comissão de deputados, proposto pelo presidente da CFT, Cláudio

Puty (PT/PA), para tentar fazer a ponte entre o Planejamento, a Presidência e o Supremo.

Mas essa movimentação não pode ser mais uma forma de enrolação do governo?

A enrolação existe há muito tempo. O que eu posso dizer é que essa movimentação dos deputados, mínima que seja, tem a ver com a mobilização dos servidores. Nas últimas semanas a CFT sempre estava lotada de servidores, pedindo para que o PL 6613 fosse votado, deputados sendo procurados nos estados; essa movimentação que está incomodando fazendo os deputados se moverem.

Essa pressão, com a greve, tem seus efeitos sobre o Judiciário, por exemplo, no ofício que o ministro Peluso encaminhou à CFT rebatendo os argumentos contrários ao PCS (Nota Técnica nº 12). Isso tem a ver com esse trabalho todo que a gente está fazendo. Agora, há enrolação, porque o governo não quer dar absolutamente nada.

Houve alguma proposta do governo?

Não houve nenhuma pro-

posta. Tem gente do subsídio dizendo que teve proposta do Lula para subsídio, proposta com reajuste menor... Isso é tudo é especulação, é mentira. Se o governo for propor alguma coisa, seja lá que forma (remuneratória) for, vai ser fruto da luta. A Fenajufe, ou qualquer sindicato, não teve nenhuma proposta do governo.

Por que as iniciativas do STF acontecem justamente neste momento?

Eu não tenho a menor dúvida que é por conta da mobilização. Os nossos contatos no Supremo, nos ofícios que a gente manda vão no sentido de alertar sobre os prazos limites do orçamento 2012, que caminha para o fechamento. O Judiciário está se mexendo no sentido de tentar cumprir esses prazos. Mas nas sessões plenárias do STF, ou nas audiências que temos, sempre há aquele buzinesso e apitos dos servidores, que incomoda os ministros. Então os servidores sempre presentes dizendo que não estão satisfeitos com os cinco anos sem reajuste.

Mas elas não são limitadas?



“O que estamos reivindicando do Peluso é que ele vá acertar com a Dilma, por que senão elas ficam limitadas sim”

O que estamos reivindicando do Peluso é que ele vá acertar com a Dilma, por que senão elas ficam limitadas sim. É preciso um acordo político entre o Planalto e o STF, e esse passo ainda não foi dado.

Quais devem ser os próximos passos para os servidores no próximo semestre?

Os servidores precisam manter a mobilização. Sem mobilização não vai ter nada. Você já viu

algum patrão fazer alguma coisa se o empregado não reclama. E o governo é um péssimo patrão. Prova disso é o projeto de congelar os salários por 10 anos. Então os servidores vão ter que se mobilizar nesse segundo semestre. Com certeza retomar à greve, atos e manifestações com muita unidade, para mostrar a importância dos servidores e para que as negociações se resolvam de forma rápida.

Governo não apresenta proposta ao conjunto do funcionalismo e agenda nova reunião

Planejamento não apresenta proposta como prometera, diz que reivindicações são muito elevadas, critica reajuste linear e marca mais uma rodada de negociação para dia 15 de julho

Por Hécio Duarte Filho

O Ministério do Planejamento não apresentou nenhuma proposta de política salarial na reunião com as entidades de servidores, ocorrida na quarta-feira (6), como haviam prometido na rodada de negociação anterior. O secretário de Recursos Humanos da pasta, Duvanier Paiva Ferreira, optou por expor aos servidores uma série de cifras que induzem à inviabilidade do conjunto de reivindicações. Além disso, sinalizou aos sindicalistas que o governo vê como mais proveitoso a negociação setorial das reivindicações salariais do que a discussão geral e linear dos reajustes.

A suspensão da reposição anual em percentual único para todo o serviço público, incidindo sobre todo o contracheque e não apenas sobre alguns itens, foi um dos pilares da política que levou à divisão do funcionalismo. O último reajuste linear aconteceu há 16 anos, no primeiro ano do governo FHC, que iniciou a política de propostas segmentadas. Na avaliação do servidor do IBGE Paulo Barela, representante da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) na reunião, essa indicação do governo tenta dividir os servidores.

Duvanier enfatizou os va-

lores supostamente excessivos das reivindicações apresentadas. Segundo ele, para atendê-las seriam necessários R\$ 19 bilhões, cifra que não incluiria as reivindicações dos servidores do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público da União – setores que o governo insiste em tentar excluir das negociações. O secretário de RH disse que somando esse valor ao índice de reajuste linear defendido pelo funcionalismo, de 14,17%, a conta ultrapassaria a marca dos R\$ 38 bilhões.

Os dirigentes sindicais observaram nas argumentações uma tentativa de desqualificar as reivindicações com argumentos falsos e conclusões manipuladas. Ao questionar Duvanier, Barela frisou que o servidor é empregado do Estado e não do governo, por isso, as perdas acumuladas em gestões anteriores não podem simplesmente ser apagadas: “Dissemos que não estamos falando em acumular o reajuste linear com o que for concedido, isso poderá ser compensado”, rebateu.

Diante da insatisfação dos trabalhadores e da cobrança de uma proposta efetiva, Duvanier concordou em marcar uma nova reunião para 15 de julho, quando outra vez prometeu apresentar algo palpável, embora, segundo ele, provavel-



Joana Darc Mello

Em abril, mais de 13 mil servidores vão a Brasília e dizem à Dilma que não aceitam o congelamento salarial

mente muito aquém do que os servidores pleiteiam. “O governo tem que apresentar alguma coisa concreta”, defendeu Barela. O fórum das entidades que participam da campanha conjunta e das negociações tem reunião marcada para o dia 13, em Brasília, quando avaliarão o resultado da reunião.

Relator do projeto da LDO 2012 propõe congelamento do auxílio-alimentação

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual (LDO) para 2012, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), apresentou no dia 29 de junho à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional um substitutivo que congela o valor do auxílio-alimentação.

O texto do artigo 23 que trata do benefício diz o seguinte: “Fica vedado o reajuste, no exercício de 2012, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes e do MPU for superior ao valor médio da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2011. Parágrafo único. Para fins de apuração dos valores médios a

que se refere o caput deste artigo, os órgãos dos Poderes e do MPU encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quando do envio das informações de que trata o inciso XIII do Anexo II desta Lei, cópia dos atos legais relativos aos valores per capita praticados em seu âmbito no mês de março de 2011, os quais servirão de base para a edição de Portaria, pela referida Secretaria, que divulgará os valores médios de que trata o caput deste artigo”.

Em uma situação de

congelamento salarial e crescimento inflacionário, a falta de reajuste no auxílio-alimentação representa mais um grande ataque aos servidores públicos. A situação se agrava ainda mais na Grande de São Paulo, que tem um dos custos de vida mais altos do mundo.

Não é a primeira vez que o governo tenta fazer tamanha maldade. No passado os servidores responderam à altura e se mobilizaram para garantir seus direitos. Dessa vez não será diferente!

A luta de outros setores do funcionalismo

Por Vivian Costa

O congelamento salarial e as más condições de trabalho têm afetado todo o funcionalismo. O JJ conversou com sindicalistas de outros setores e constatou: a política do governo Dilma é e congelamento salarial e de tentar dividir a categoria. Por isso, todos falam que a greve é o único instrumento para pressionar o governo.

Carlos Daniel Gomes, servidor do Ibama e diretor do Sindsef-SP, afirma que a paralisação é a melhor maneira de criar um grau de pressão para que o governo negocie com os servidores. “Hoje o governo está muito intransigente. O grande exemplo são os bombeiros do Rio de Janeiro”. Para Cássio Ramos, também do Sindsef-SP, a greve é o único instrumento de luta para ir contra arbitrariedade da economia neoliberal. “Se não houver luta, nada mudará porque o governo ficará em uma zona de conforto”.

Diretora do Sinsprev-SP, Deise Lúcia do Nascimento lembra que até 2003 a greve dos servidores de saúde e previdência era conjunta. “Isso foi dificultado porque, a partir de 2001, com a política de gratificação, ficamos em carreiras diferentes (Seguro e Seguridade Social). Agora, além de negociar em seu próprio Ministério, cada uma das carreiras também depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, disse.

Ela destaca a participação dos servidores do INSS na jornada de luta do conjunto do funcionalismo, realizada no último dia 5: “os servidores da Saúde Federal aderiram ao Dia Nacional de Luta e paralisaram suas atividades no Núcleo Regional do Ministério da Saúde em São Paulo”.

Assim, como os servidores da JT, Deise conta que a categoria tem lutado para manter direitos. “Na luta da última greve, o eixo central foi a jornada de trabalho de 30 horas semanais e condições trabalho. Durante 25 anos a categoria cumpriu 6 horas diárias de trabalho. Em 2009, o INSS, por meio de uma instrução normativa, a ampliou para 40 horas, sem qualquer reajuste salarial”.

Pagamento da dívida pública impede investimentos em serviços públicos de qualidade

Para coordenadora do Movimento Auditoria Cidadã a Dívida, recursos do país estão sendo saqueados. Uma das conseqüências é a 10ª pior distribuição de renda do planeta

Por Caê Batista
Provavelmente você vai levar cinco minutos para ler este texto. Saiba que em cinco minutos o Tesouro Nacional paga aproximadamente sete milhões de reais em juros da dívida pública (que agrupa as dívidas internas e externas). “São quase 2 bilhões de reais por dia”, explicou Maria Lucia Fattorelli na palestra realizada pelo Sintrajud e pela Justiça Federal de Taubaté, no dia 20 de junho, na Universidade de Taubaté (Unitau).

Fattorelli é auditora fiscal aposentada e atualmente coordena o Movimento Auditoria Cidadã da Dívida, que há anos faz levantamentos sobre quanto dos recursos públicos brasileiros são destinados à dívida pública, em detrimento dos investimentos sociais. Esse pagamento faz com que o Brasil tenha “a 7ª economia do mundo e a 10ª pior distribuição de renda do planeta”, afirmou Fattorelli a partir de dados da ONU.

Segundo explicou, o Movimento Auditoria Cidadã da Dívida apurou que em 2010 quase 40% do PIB foi entregue aos detentores dos títulos da dívida pú-

A maior parte da população brasileira não tem esgoto, ao passo que, em 2010, surgiram no país 12 novos bilionários; destes, oito são banqueiros.



Fotos: Lucas Lacaz

Auditora fiscal, Maria Lucia Fattorelli em evento organizado pelo Sintrajud e pela Justiça Federal de Taubaté

As juízas federais de Taubaté Carla Cristina e Mariza Vasconcelos e a diretora do Sintrajud Fausta Camilo Fernandes (na foto abaixo) organizaram evento: A Reforma do Estado e suas conseqüências para o serviço público.

blica, ao passo que a Educação não recebeu sequer 4%. “Os investimentos em habitação, que foi um dos carros chefes da campanha de Dilma, com o programa Minha Casa Minha Vida, só aparecem se forem contabilizadas quatro casas decimais”, disse Fattorelli explicando que, segundo o IBGE, mais da metade dos lares brasileiros não têm saneamento básico.

Para a auditora, a força dos agentes financeiros dentro das esferas de Poder brasileiro é avassaladora: “Eles financiam as campanhas eleitorais, financiam a corrupção. Estão dentro do parlamento alterando a legislação” em benefício próprio, alertou.

O exemplo mais dramático desse poder está presente na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que limita os investimentos em áreas sociais, enquanto que para os gastos com a dívida “não há limite”. “Se os recursos do Tesouro forem insuficientes para o pagamento da

dívida, emitem-se mais títulos dela para permitir a rolagem”, explicou. Com esse movimento, o endividamento do país não para de crescer.

Fattorelli esclareceu que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, que contou com o seu apoio, apurou que a maior parte dos membros do Comitê de Política Monetária (Copom) está ligada diretamente ao mercado financeiro. O Copom é a entidade que define a política de juros a ser aplicada do Brasil, que em 2011 já aumentou quatro vezes.

Não existe uma fórmula para a definição da política de juros, e a sua alta beneficia somente as instituições financeiras. A grande imprensa argumenta que o aumento da taxa básica de juros (Selic) é necessário para conter a inflação, “mas o crescimento da inflação é decorrente do aumento dos preços administráveis como tarifas de energia elétrica, combustíveis”, disse Fattorelli.



Crise na Grécia

A forma como a grande mídia tem tratado a situação da dívida na Grécia também foi alvo de críticas de Fattorelli. “Os jornais só falam em ganância irresponsável, não mais em crise bancária”. Segundo explicou, essa crise econômica teve origem na década de 1990, quando grandes bancos fraudaram a SEC (Securities and Exchange Commission, comissão de valores mobiliários dos EUA, criada em 1931, logo após a Crise de 1929) começaram a emitir “papéis” sem lastro, os chamados derivativos. “São papéis que não são um título em si, mas uma cópia de um ativo real”, explicou.

Ela disse que na época, os analistas afirmaram que o “próprio mercado” se encarregaria de se livrar desses títulos podres, mas o que aconteceu foi o contrário: “Os bancos começaram a lucrar com o volume de circulação”.

Quando a crise explodiu, “os grandes bancos entraram em risco de falência e os governos Obama (EUA) e dos países europeus entraram em cena”, entregando volumosos recursos às instituições. Agora, os governos querem tirar dos trabalhadores, principalmente dos servidores públicos, para compensar o recurso que deram aos banqueiros.

Uma das respostas que os povos da Grécia, Irlanda, Islândia começam a dar às medidas de austeridade fiscal tem sido a criação de comissões populares de auditoria das dívidas públicas de seus países. “Nas Islândia, por exemplo, dois referendos decidiram não pagar a dívida feita para salvar os bancos”, afirmou.

1994 a dívida interna estava em R\$ 60 bilhões, atualmente passam dos R\$ 3 trilhões. Nos oito anos de FHC foram pagos R\$ 2,079 trilhões e nos oito anos de Lula mais R\$ 4,763 trilhões em juros de amortizações da dívida pública

Na Grécia, trabalhadores se mobilizam contra retirada de direitos

Entre as medidas do "Plano de Austeridade" está a demissão de 150 mil servidores públicos, privatizações e cortes nos salários

Por Caê Batista e Vivian Costa

A luta dos trabalhadores gregos contra a retirada de direitos teve mais um round na batalha contra o plano de austeridade, aprovado no último dia 29. Ele prevê o corte de 28 bilhões de euros do orçamento, a demissão de 150 mil servidores públicos (25% de toda categoria) e mudanças nas regras para a obtenção da aposentadoria, além do aumento de impostos até 2015.

Proposto pelo governo "socialista", o plano também inclui privatizações, novos impostos sobre renda e propriedades e cortes de salários e aposentadorias - incluindo 6,5 bilhões de euros em aumentos de impostos e cortes de gastos estatais ainda neste ano. Além do aumento da jornada de trabalho para 40 horas semanais e da redução do salário mínimo de 500 euros mensais para os novos contratos.

Como já tem sido constante na Grécia, os trabalhadores foram às ruas para

protestar contra essas medidas. A repressão do governo grego fez com mais de 200 trabalhadores acabassem hospitalizados. A radicalidade dos protestos se intensificam para se contrapor às medidas que têm sido cada vez mais duras contra os trabalhadores.

Como explicou Maria Lucia Fattorelli, o que tem acontecido na Grécia é decorrente da crise do sistema financeiro iniciada em 2008. Segundo a auditora fiscal, EUA e os países da União Europeia deram trilhares de dólares aos bancos e agora o "mercado" está cobrando a fatura. A "saída" proposta pelos governos é retirar os direitos dos trabalhadores para garantir o pagamento aos bancos.

A grande mídia, também controlada pelo mercado financeiro, alardeia que a Grécia se viu obrigada a aprovar este dramático pacote, como condição da União Europeia e do FMI (Fundo Monetário Internacional) para liberar a próxima parcela de ajuda financeira, do pacote fechado em maio. Mas esses mesmos organismos fo-

ram incapazes de impedir a crise e as medidas apresentadas a agravam.

No Brasil, congelamento salarial

Os trabalhadores brasileiros sentem os efeitos da crise econômica na falta de serviços públicos de qualidade. Os servidores enfrentam, além do congelamento salarial, péssimas condições de trabalho, assédio moral e o aumento alucinante do ritmo de trabalho, além disso, o governo quer aprovar o PLP 549/09 para impedir qualquer reajuste por 10 anos. Dentro do parlamento, o governo Dilma usa sua força para impedir que projetos de leis em benefício dos servidores avancem, ao passo que quer liberar mais de 4 bilhões de reais (de dinheiro público) para a "fusão" do Carrefour com o Pão de Açúcar. "Desde o governo Itamar, o governo de Dilma é o que tem sido mais duro com os servidores", avaliou o diretor de base do Sintrajud Claudio Klein. Para ele é necessário que os trabalhadores de um modo geral se organizem para lutar contra essas medidas do governo.



Governo quer gastar quase "1 PCS" para financiar supermercado de apoiador de Dilma

BNDES quer colocar R\$ 3,9 bi em fusão de rede varejista que levará a demissões e a aumento de monopólio no setor; valor cobriria 80% do custo líquido do PCS-4

Por Hécio Duarte Filho

Dilma Rousseff deu aval para que o BNDES participe com R\$ 3,9 bilhões do negócio que envolve a aquisição de parte das ações do Carrefour pelo empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar. O montante é próximo dos valores líquidos necessários para pagar integralmente o Plano de Cargos e Salários do Judiciário Federal. O empresário foi aliado das campanhas eleitorais de Lula, em 2006, e da atual presidenta, no ano passado. Em junho de 2010, ofereceu um jantar em sua casa para que Dilma apresentasse a candidatura para empresários.

A rede de supermercados mais "careira" do Brasil agora quer se "fundir" com um oligopólio francês. Tudo isso com recursos públicos. Com a desculpa de que é pelo bem do comércio varejista nacional

A decisão do governo gerou polêmica e críticas de diversos setores da sociedade. O discurso oficial argumenta que a investida busca impedir a desnacionalização do setor varejista do país. O BNDES também alega que o dinheiro estaria bem investido, a ser levado a cabo por meio do BNDESPar, espécie de braço empresarial do banco. A ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, foi incumbida da difícil missão de convencer que não há dinheiro público no negócio. "É uma operação enquadrada pelo BNDES. Não é operação de crédito, não tem recurso público envolvido, nem FGTS nem Tesouro. É a BNDESPar que vai fazer isso. É ação de mercado, não tem nada a ver com decisão de governo", disse aos jornalistas, apesar de ter se tornado público o fato de a operação ter passado pelo crivo da presidenta Dilma Rousseff.

"Se não é dinheiro público é o que?", pergunta o economista Washington Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud. "O que ela tenta amenizar é que não vai tirar dinheiro do Orçamento, mas é dinheiro público que está sendo usado para aumentar o oligopólio", critica Washington, que ressalta que é o governo que

controla essas verbas, a serem usadas numa "vergonhosa" operação. "Eles estão dando um golpe com apoio do governo. E o que o povo brasileiro ganha com isso? Nada", diz, ao afirmar que a transação só ajudará a aumentar o monopólio no setor de alimentação, "essencial" para a população. "É monopólio o que é? É demissão de trabalhadores (com a fusão das empresas) e o controle de preços", alerta.

Com a transação, o empresário Abílio Diniz busca uma saída para descumprir o acordo que firmou com o grupo francês Casino, quando vendeu a maior parte do Pão de Açúcar e se comprometeu a transferir o controle administrativo da empresa para os novos donos em 2012. Mesmo com os R\$ 3,9 bilhões do BNDES, porém, mais de 60% da nova multinacional que resultaria da fusão entre o Pão de Açúcar e o Carrefour ficariam nas mãos de empresários franceses.

Embora sejam recursos sob controle do governo relativos a setores distintos, a comparação



entre o que o BNDES pretende gastar com os valores necessários para implantar o PCS, cujo projeto está parado na Câmara, é pertinente porque o Planalto vem impondo o congelamento dos salários alegando que é necessário cortar despesas do Orçamento e conter os gastos públicos. Os R\$ 3,9 bilhões que podem parar no hipermercado seriam suficientes para pagar 80% do custo líquido do PCS-4, estimado em cerca de R\$ 5 bilhões - deduzindo os valores que retorna à União por meio de impostos. No caso de aplicação em quatro parcelas, estes recursos cobririam mais de duas vezes as despesas previstas para a primeira parcela do projeto, que contempla mais de 100 mil trabalhadores do Judiciário Federal.

Atletas de plantão

Já estão abertas as inscrições para a Copa Sintrajud 2011 de Futebol Society. Os jogos acontecerão nos meses de agosto e setembro durante a semana e a noite. O local ainda não foi definido. Cada equipe poderá inscrever de 9 a 15 pessoas.

Os interessados poderão se inscrever até 29/07 no departamento Sócio Cultural do sindicato pelo telefone 3222-5833 com a Telma.

Divirta-se em julho

Servidores associados aproveitem o mês de férias nos parques da Xuxa e Playcenter e no Aquário de São Paulo por preços promocionais.

Para saber como, entre em contato com o departamento Sócio Cultural do Sintrajud no telefone 3222-5833, entre 10h e 19h.